



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
quarta-feira • 20 de março de 2013



Por Habacuque Villacorte

Os deputados estaduais votaram ontem, um pacote de projetos de autoria do Poder Executivo e de outros Poderes. Algumas proposições aprovadas seguem para outras comissões temáticas, enquanto que outras vão para apreciação em plenário. Entre os projetos aprovados está o encaminhado pela Procuradoria Geral de Justiça que dispõe sobre alterações no quadro de pessoal dos serviços auxilia-

res do Ministério Público do Estado de Sergipe. Estiveram reunidas as Comissões de Constituição e Justiça; Administração e Serviço Público; e Economia, Finanças, Orçamento e Tributação.

Também de autoria da Procuradoria Geral de Justiça foram aprovados outros três projetos: um que altera a nomenclatura de Unidade Administrativa e de Cargo de Provedor em Comissão de Natureza Especial do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público; um que transforma o cargo de Promotor de Justiça; e outro projeto que fixa o subsídio dos membros

do Ministério Público de Sergipe.

Do Poder Judiciário foram aprovados vários projetos: o que cria os cargos de Analista Judiciário de provimento efetivo, e Função de Coordenador de Recepção no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário; o que revê o subsídio de desembargador do Poder Judiciário; o que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar à União Federal uma área de terra adjacente ao Fórum Desembargador Humberto Diniz Sobral em Nossa Senhora das Dores; o que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar à União Federal uma área de terra adjacente ao Fórum Dom Juvêncio de

Brito em Canindé do São Francisco; e o que cria o Departamento de Precatórios no Tribunal de Justiça de Sergipe e cargos necessários a sua instalação e altera dispositivos da Lei nº 6.124/2007.

Do Poder Executivo foi aprovado o projeto que o autoriza a doar à União Federal uma área de terra pertencente ao Estado de Sergipe, em Aracaju, para a construção de prédio do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. Do Tribunal de Contas foi aprovado o projeto que dispõe sobre o subsídio de conselheiro e auditor do TCE e de Procurador do Ministério Público Especial junto ao mesmo Tribunal.

Algumas proposições vão para outras comissões; outras vão direto para o plenário

Projetos são apreciados nas Comissões Temáticas da AL

Correio Urbano

A3 POLÍTICA